

A Freguesia de Santa Justa na Transição para o Século XVIII: História, Demografia e Sociedade

Delminda Rijo¹
Fátima Aragonez
Francisco Moreira
Núcleo de Demografia Histórica e História Social de Lisboa
GEO – CML

Esta comunicação traduz alguns dos resultados da investigação em curso sobre uma das mais importantes e a mais populosa freguesia de Lisboa na transição para o século XVIII – Santa Justa, em cuja circunscrição se situava um importante núcleo comercial e institucional – o Rossio, em redor do qual se erigiram importantes símbolos do poder espiritual e temporal - o convento de São Domingos, o Hospital Real de Todos os Santos, a Casa dos Vinte e Quatro, o Tribunal do Santo Ofício e Palácio da Inquisição.

Inserida no “Projecto de Reconstituição de Paróquias de Lisboa”*, esta abordagem é uma micro-análise histórica e demográfica da freguesia de Santa Justa, entre 1690 e 1702, partindo de fenómenos demográficos e sociais, como evoluíram e em que medida, no decurso desse período, as estruturas sociais e económicas da freguesia repercutiram essa evolução.

A análise das variáveis micro-demográficas da Nupcialidade e da Mortalidade da freguesia reconstituída,² foi seguida do estudo direccionado de róis de confessados de 1693, 1695 e 1702,³ os mais antigos para Santa Justa, integralmente transcritos e inseridos numa base de dados autónoma, a partir da qual arquitectámos a estrutura social, familiar e profissional do espaço.⁴

¹ Investigadora do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

² Registos de casamento e óbito, entre 1690 e 1702, lacunares nos baptizados.

³ O rol de confessados perfila-nos o mapa de residentes maiores de 7 anos, agrupados por fogo, situando e hierarquizando em unidades residenciais, indivíduos que surgem frequentemente na base de dados, sem qualquer relação familiar ou profissional.

⁴ O cruzamento nominativo integral não foi exequível pelo que, tendo em conta a dimensão, edificado e densidade populacional, tomamos como modelo da dinâmica evolutiva a Rua das Arcas, cujos dados foram cruzados com a base de dados paroquial, aliando residentes aos respectivos actos vitais e cujas trajectórias foram perscrutadas originando estudos de caso a partir dos quais assinalamos alterações e permanências no tecido social e profissional da paróquia.

*Investigação desenvolvida no âmbito do projecto “Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)”.

Com o objectivo de consolidar pressupostos e contribuir para a apreensão do espaço vivencial, assinalamos o recurso aos conjuntos documentais das *Visitações* e *Devassas* do Arcebispado de Lisboa relativos a Santa Justa⁵ e dos *livros de notas* do 15º cartório notarial de Lisboa entre 1690 e 1700.

1. Contextualização Histórica da Freguesia de Santa Justa

A freguesia de Santa Justa ocupa na cidade de Lisboa um lugar de destaque. Nela se encontra aquele que é considerado o coração da cidade, a praça D. Pedro IV – o popular Rossio.

Ainda que não existam dados que apontem para uma data exacta (a referência mais antiga é de 1173), a fundação da freguesia de Santa Justa terá ocorrido pouco depois da tomada de Lisboa aos Mouros.

Era uma freguesia muito diferente daquela que hoje conhecemos – situada fora da cerca da cidade, era de facto Santa Justa uma freguesia de arrabalde, e caracterizava-se, juntamente com as de Santa Maria dos Mártires e de Santo Estêvão de Alfama, pelo seu extenso território. Tal era fruto principalmente de uma necessidade de agrupar as povoações do termo, escassas e dispersas, de modo a que se inserissem na organização da cidade.

A ruralidade foi uma característica dos primeiros séculos de vida da freguesia, decorrente do facto de esses terrenos a Norte, serem constituídos por quintas e hortas. Apenas uma pequena parcela a Sul era urbana e fazia de facto parte da cidade – ainda assim com bastantes traços de ruralidade, recorde-se que no século XII, ao Rossio ainda acorriam dois pequenos cursos de água, a profusão de hortas e o facto de toda essa zona ser propensa a inundações, o que moldava determinantemente o terreno.

⁵ Anos de 1683, 1702 e 1707.

A paz decorrente do movimento da Reconquista e da consolidação da Nacionalidade trás novos habitantes para Lisboa cuja presença obriga a uma expansão extra muros. Fá-lo preferencialmente para o vale a poente do Castelo. Santa Justa é também tocada pela expansão urbanística.

Uma das primeiras infra-estruturas a ser criada, e uma das principais na freguesia pré-pombalina, foi o Mosteiro de S. Domingos. Datando de meados do século XIII implantou-se no lado nascente do largo do Rossio e desde cedo se tornou um catalisador da população circundante. Até aí a própria presença da Igreja, determinante num contexto medieval, apenas se destacava no templo de Santa Justa (situado na actual Rua dos Fanqueiros junto à Praça da Figueira) e na ermida de Santa Maria da Corredoura, mais tarde Santa Maria da Escada. Ambos os casos se caracterizavam pela simplicidade e pela funcionalidade. A criação do Mosteiro de S. Domingos, para além de dotar a freguesia de uma importante instituição eclesiástica, ajudava a definir a dimensão da praça do Rossio – dimensão essa que está estreitamente ligada ao seu papel ao longo da História, quer num contexto mais lúdico, com a realização de eventos como, touradas; quer numa óptica comercial, com as inúmeras tendas, feiras e mercados; e também no plano social e político com os ajuntamentos de pessoas que naturalmente aí acorriam.

No final do século XIV, o rei D. Fernando, perante a ameaça castelhana e a ineficácia funcional das muralhas da cidade (ambas comprovadas em 1373 com o cerco de Henrique II), uma vez que era a maior parte da cidade exterior àquelas; decide dotar a cidade de uma cerca que cobrisse os novos limites da cidade.

O troço da muralha que atravessava Santa Justa, veio a revelar-se determinante quer para, numa primeira fase, fazer como que uma separação entre freguesia urbana e rural, quer mais tarde na criação de novas freguesias desanexadas a Santa Justa. O aparecimento da muralha traz novas dinâmicas sociais e económicas, fruto principalmente, das suas portas e do que elas

implicavam no dia-a-dia da cidade. Em Santa Justa destaca-se a Porta de Santo Antão que se tornou um dos principais pontos de acesso a Lisboa.

Ao longo do século XV a cidade de Lisboa, apoiada numa crescente estabilidade política e social, que até aí não se havia verificado, e impulsionada pelo início da expansão ultramarina, com os benefícios económicos e financeiros dela decorrentes, dá mostras de um grande crescimento, que a levaria a tornar-se na grande metrópole europeia dos séculos subsequentes. A freguesia de Santa Justa sentiu também estes efeitos, e o seu crescimento gradual foi potenciado por uma mudança na ocupação dos espaços no dia a dia da cidade que, num contexto de expansão ultramarina e por motivos de ordem prática, se “mudou” para a zona baixa, nomeadamente, para o eixo Terreiro do Paço – Rossio.

Na freguesia, tal mudança culminaria, nesse século, com a fundação em 1492, do Hospital Real de Todos os Santos. Mandado construir por D. João II com o intuito de centralizar todos os pequenos hospitais e pontos de assistência da cidade. Por motivos de acessibilidade, infra-estrutura e centralidade, o grande hospital foi implantado no Rossio em terrenos pertencentes ao Mosteiro de S. Domingos; a sua monumentalidade – veja-se o destaque patente na famosa gravura da cidade de Braunio – bem como a natural afluência da população, veio evidenciar o Rossio como espaço público por excelência.

Já em meados do século, outra grande obra pública havia sido concretizada no Rossio – o Paço dos Estaus. Mandado edificar em 1449 pelo regente D. Pedro, o distinto palácio dominava o largo sensivelmente no mesmo local onde hoje se ergue o Teatro Nacional D. Maria II, e destinava-se a servir de albergue a príncipes, embaixadores, nobres e clérigos poderosos, libertando assim a população do pesado dever de aposentadoria, há muito reclamado pelas gentes de Lisboa. No entanto essa ocupação não foi duradoura, uma vez que ainda antes de meados do século seguinte, aí se instalaria a Inquisição, cuja ocupação duraria até 1821.

O início do século XVI fica marcado por um acontecimento trágico na história de Lisboa e que de modo infeliz reforçou o carácter central de Santa Justa: o massacre dos cristãos novos em Abril de 1506 que se processou em toda a cidade mas cujo desencadear e principal palco foi em Santa Justa mais especificamente no Rossio.

Neste século a freguesia de Santa Justa passa a assumir definitivamente um estatuto de centro urbano, que mantém até aos dias de hoje. A principal razão para esta afirmação prende-se não tanto com a crescente importância dos seus espaços vitais na dinâmica da cidade (que também se verifica), mas sim com a desanexação de freguesias do seu território, que se processou em meados do século, o que cingiu o seu espaço físico ao núcleo urbano a sul dos seus limites primitivos. Até aí Santa Justa não era exclusivamente central era simultaneamente, assim o ditava o seu território, periferia. Ou seja a redução do seu território, ao concentrar as fronteiras naquele perímetro concreto, precisa o conceito de centro.

O século XVII, numa perspectiva distanciada, foi para a freguesia de Santa Justa o culminar de um longo processo de construção e consolidação. Aos olhos de hoje, este é o século em que a freguesia atinge uma idade adulta como que concretizando um projecto abstracto de desenvolvimento alicerçado nas suas características e no desenrolar da História.

Assim observamos uma freguesia com consideráveis núcleos habitacionais, presença institucional assinalável, espaços públicos e equipamentos de grande preponderância, arquitectura monumental e de destaque, intensa actividade comercial e grande congregadora da população e dos seus movimentos sociais.

Poucas foram as mudanças nos anos de 1600 – pelo menos as de monta – pelo contrário, assiste-se à consolidação de um anterior estado de coisas e é isso que transmite a Santa Justa o seu *status*.

Deste modo se manteve sem grandes alterações sociais, institucionais, ou de edificado ao longo do século XVII e até 1755, quando o grande terramoto de 1 de Novembro impôs a toda a cidade drásticas mudanças. No que toca ao impacto da destruição do terramoto, Santa Justa nem foi das freguesias mais massacradas – veja-se por exemplo o núcleo habitacional da baixa mouraria localizado no actual Largo do Martim Moniz permaneceu relativamente intacto. Seria no Rossio que se verificariam as maiores mudanças, motivadas principalmente pelo desaparecimento do Hospital de Todos os Santos cuja destruição se ficou a dever não tanto ao abalo em si, mas principalmente ao incêndio subsequente. Com o plano de reconstrução, Santa Justa vê nascer um novo Rossio, com uma disposição no terreno ligeiramente diferente da antiga praça, e uma nova praça: a Praça da Figueira, criada em terrenos anteriormente ocupados pelo hospital, que era destinada a dotar a cidade de um grande espaço onde se estabelecesse um mercado de frutas e hortaliças.

Como a cidade, a freguesia de Santa Justa soube reerguer-se após o traumático evento, literalmente construindo sobre o que o terramoto destruiu. Retomando hábitos antigos e adaptando-se a novas dinâmicas. Nem tudo mudou em Santa Justa mas, como é lógico, nada voltaria a ser como dantes. Até porque mais do que o terramoto foi o correr da história, traduzido principalmente no grande crescimento da cidade e nos novos conceitos económico-políticos, que transformou Santa Justa. Mas tudo isso viria cerca de 50 anos mais tarde da época que aqui tratamos.

2. Dados demográficos 1693-1702

Foram diversas as limitações na percepção da dinâmica populacional da urbana e cosmopolita freguesia de Santa Justa entre 1693 e 1702, excluída que estava a análise de parâmetros como o movimento de nascimentos, a idade média do casamento, o estudo da fecundidade, a ilegitimidade, o que não invalidou a abordagem aos outros grandes vectores de estudo das populações

do passado: casar, migrar, morrer, e a observação da comunidade na sua pujança social, dela podendo extrair linhas definidoras, ainda que gerais, deste importante núcleo urbano.

A população de Santa Justa, muito heterogénea na sua origem geográfica e social, foi marcada por alguma vitalidade e crescimento populacional nos quais os movimentos migratórios adquiriram relevância.⁶

Em números globais, constam na base de dados de Santa Justa, 9.390 indivíduos, com ligeira maioria de homens⁷. Morreram 2.054 indivíduos, mais mulheres que homens, com maior incidência nos solteiros. Celebraram-se 689 casamentos, com uma taxa de segundos casamentos de c. de 36%⁸. Apenas 18% da população da freguesia neste período tem referência à naturalidade,⁹ sendo a maioria natural de Lisboa e do seu concelho particularmente da, ou provavelmente, da freguesia.¹⁰

2.1. A Mortalidade

O estudo da mortalidade a partir dos registos paroquiais tem uma abrangência que vai da determinação de taxas brutas, em conjugação com outros indicadores demográficos,¹¹ impossibilitado neste caso pela ausência de registos de baptismo e de registo sistemático de óbitos de menores, o que não invalidou o estudo da variável em aspectos diferenciais como a mortalidade normal e a de crise, a sazonalidade para maiores de 7 anos, por género e estado.

Ainda que de forma mais atenuada que nos séculos precedentes, menos marcado pela influência dos habituais devastadores da população, sem conflitos bélicos em curso,¹² as crises de mortalidade decorreram, particularmente, de crises alimentares, integradas numa sucessão de maus anos

⁶ Mas cujo crescimento demográfico natural, devido a ausência de registos de baptismo, foi de impossível determinação.

⁷ 4.766 homens e 4.623 mulheres na Paróquia reconstituída entre 1690-1702.

⁸ 249 pessoas casaram segunda vez - 121 homens e 128 mulheres.

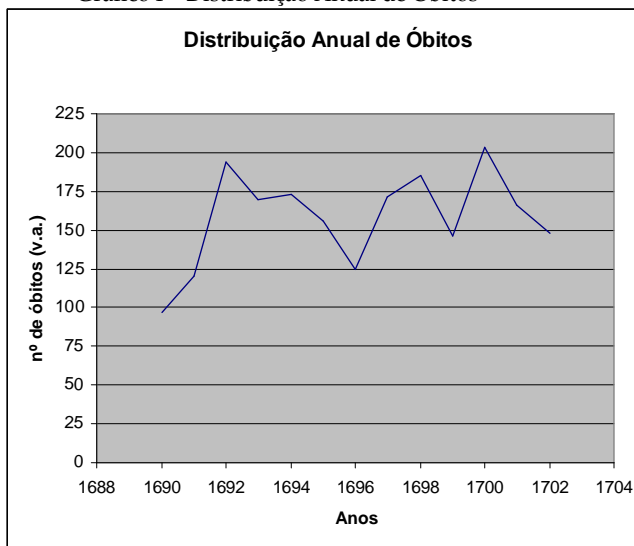
⁹ 1.703 indivíduos, a maioria dos quais (1.073) de Lisboa, com c. 722 de Santa Justa.

¹⁰ Relativo a crianças falecidas na freguesia e cuja trajectória familiar se vinha processando em Santa Justa.

¹² só após 1702 a campanha e envolvimento na guerra da sucessão de Espanha.

agrícolas, subida de preços e fome, elevando a vulnerabilidade dos organismos e, conseqüentemente, o número de óbitos. Os surtos epidémicos foram, de facto, coincidentes com dificuldades de aprovisionamento alimentar em Lisboa¹³ e desenvolveram-se num cenário já habitual de más condições urbanísticas e sanitárias, muito potenciado por milhares de residentes e população flutuante.

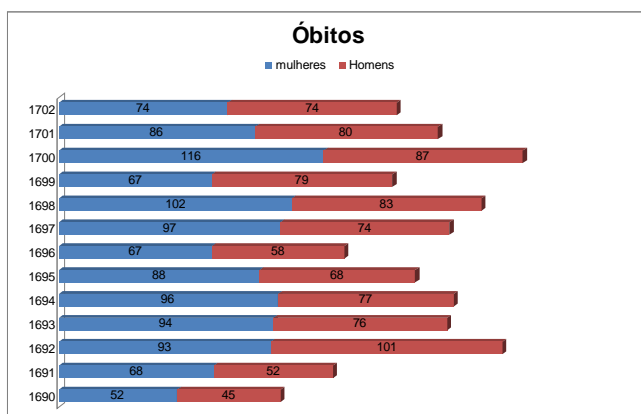
Gráfico I – Distribuição Anual de Óbitos



Registos Paroquiais de Santa Justa – Livro de Óbitos (1690-1702)

Os números globais de óbitos resultaram em 2.054 indivíduos. O ciclo em subida iniciou-se a partir de 1692, com ligeiro decréscimo até 1694 e nova subida em 1698, atingindo o máximo do período em 1700.

Gráfico II – Mortalidade por Sexos 1690-1702

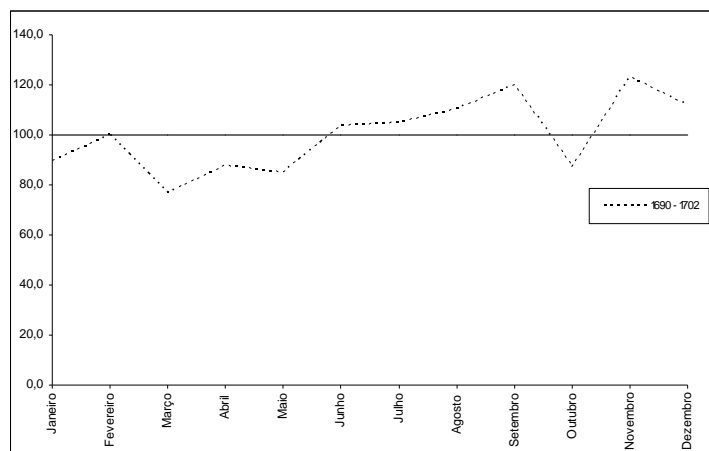


Registos Paroquiais de Santa Justa – Livro de Óbitos (1690-1702)

¹³ Em 1692, 1694-95 e 1698-99 Cf. Teresa Rodrigues, *Crises de Mortalidade em Lisboa*, p.110.

Para todo o período de observação, morreram mais mulheres¹⁴ que homens mas no seu conjunto, atingiu mais os solteiros. O período do ano mais nefasto foi o verão e o Outono, particularmente nos meses de Agosto/Setembro e Novembro/Dezembro.

Gráfico III- Mortalidade - Sazonalidade 1690-1702



Registos Paroquiais de Óbito de Santa Justa (1690-1702)

Valores Globais óbitos por mês - 1690-1702

Período	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1690 - 1702	156	159	134	148	148	175	183	193	203	152	208	195	2054

A maioria dos indivíduos foi sepultada na Igreja paroquial¹⁵ e *ab intestato*, à excepção de 152 indivíduos, sobretudo os casados, de ambos os sexos, equitativamente, embora as mulheres tenham testado mais em 1701 e 1702, anos que se seguiram ao pico mais elevado de mortalidade. A condição social e profissional dos testadores, num grupo de 26 ocorrências, indicia que foi uma prática transversal, com destaque para os eclesiásticos, os homens de ofícios e militares.

2.2 A Nupcialidade

Os registos de casamento permitem-nos não só aceder ao estudo da nupcialidade e à determinação de valores globais e diferenciais, como a

¹⁴ 1.101 mulheres, 953 homens, 1.129 solteiros de ambos os sexos.

¹⁵ 1.654: 69 no cemitério da igreja, 77 nos carneiros dos Irmãos de Santa Catarina, de S. Gregório, de S. Marçal, de S. Valentim, dos Beneficiados e dos Irmãos do Senhor. Foi também expressiva a escolha de outros conventos e igrejas para última morada, estando entre os mais populares, o Convento do Carmo, com 90 inumações, S. Francisco da Cidade, com 60, o vizinho convento de S. Domingos, com 37 e finalmente, o convento de S. Roque, com 14.

sazonalidade, idade média ao casamento, celibato definitivo, fecundidade, mas também, a partir do seu cruzamento com outras fontes, aprofundar o estudo da família, formas de união e reprodução social, práticas e protocolos segundo os grupos sociais, estabelecimento do dote, as alternativas ao mesmo, ou ainda a posse de casa própria ou partilha da familiar, o mobiliário, o enxoval e vestuário, os objectos de quotidiano.

Apesar da apertada vigilância da moral alheia por parte da vizinhança, é possível estudar Santa Justa do ponto de vista da transgressão, que dadas as características sobejamente relatadas de comunidade densa e móvel, social e profissionalmente diversa facilitava, e de certo modo encobria, todo o tipo de relações ilegítimas. Em 1702 foram relatados 28 casos de amancebamento, dispersando-se pela freguesia, mas com maior incidência nas Ruas dos Alemos e de S. Pedro Mártir, muito associadas a prostituição, em casas de alcoice, mas também no beco das Comédias, Poço do Borratém e Rua das Arcas.

Foram presos no Aljube logo após a denúncia e antes da aplicação definitiva de pena, 8 indivíduos, sobretudo por culpa de amancebamento com pessoas casadas, alcoiceiras e pais que incitaram as filhas a “usar mal de si”. A pretexto de promessa de casamento estavam 7 mulheres amancebadas, de cujas denúncias resultaram 3 casamentos. Para todo o período de observação a paróquia reconstituída incluiu 46 casais em situação de ilegitimidade.¹⁶ Este tipo de desvio foi o mais denunciado e socialmente transversal incidindo sobre artesãos, serviçais, ligados ao comércio, ao oficialato régio e do senado, eclesiásticos, homens titulados.

Foram as relações extra-matrimoniais e uniões ilegítimas as mais recorrentes no desafio às leis da igreja e constituições sinodais. Penas como prisão e degredo não foram aplicadas em 1702, ainda que as acusações

¹⁶ resultando o conhecimento dos mesmos de óbitos de crianças, nos quais o pároco mencionou ou omitiu a condição dos pais. Este foi um facto relevante, porque era rigoroso e sistemático nos elementos que incluía nos registos, nomeadamente a expressão “sua mulher”.

remetessem a vários lapsos, resultando em penas pecuniárias e leves, dada a pobreza da maioria dos infractores.

Mas a punição pelas autoridades eclesiásticas não impediu a reincidência. Após a passagem da visitação, alguns casais retomavam a relação ou, em busca de anonimato, mudavam de freguesia. A eficácia destes mecanismos de vigilância e controle não foi suficiente para a manutenção da moral não só pela dimensão da comunidade, mas pelas profundas diferenças sociais e económicas que grassavam no seu feio e faziam da transgressão uma alternativa à sobrevivência e realização de aspirações pessoais.

Assim, ainda que nem sempre tenham originado ligações legítimas, a denúncia de mulheres envolvidas nestas uniões, ou de pessoas que lhes eram próximas, funcionou como forma de pressão. Tomemos alguns exemplos, o cirurgião Clemente de Oliveira, morador no Beco das Comédias, que enviuvou em 1700, surgiu no rol de 1702 a viver com dois oficiais, quando de facto, segundo a Visitação desse ano,¹⁷ foi denunciado de estar “amancebado de portas adentro” com Catarina de Oliveira, a quem retirara do convento de Santa Clara “para casar com ela.” Situação que a Visitação não poderia admitir até “tomar estado com ela”.

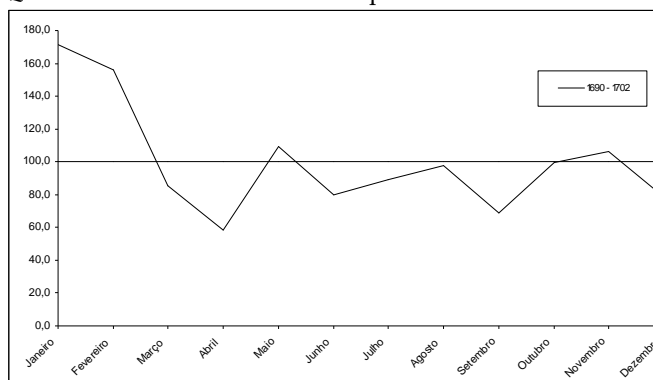
Em oficialização resultou a denúncia de Joana da Silva contra o trabalhador António Pereira, morador na Cutelaria. Viviam ambos de portas adentro, como marido e mulher e a própria apresentou ao Visitador um escrito de promessa de casamento, corroborado pelo juramento de testemunhas. De facto, a denuncia surtiu efeito logo a 28 de Setembro de 1702, quando casaram na igreja de Santa Justa.

Quanto ao casamento e às práticas e condicionalismos que o envolviam, eram semelhantes aos praticados no país, sujeitando-se aos ritmos sazonais

¹⁷ Ms 54, fls , dia 4 de Julho de 1702.

impostos pelo igreja- a sujeição aos tempos de abstinência do Advento e Quaresma.¹⁸

Quadro IV - Sazonalidade da Nupcialidade 1690-1702



Registos Paroquiais de Casamento de Santa Justa (1690-1702)

De facto, há um abaixamento abrupto nos meses respectivos, sendo o mês de Janeiro o que maior procura teve para a sua realização, sobretudo aos sábados, segundas-feiras e domingos, com clara excepção das terças e sextas-feiras, dias culturalmente negativos para consórcios matrimoniais. Os ritmos laborais não parecem, à partida, exercer influência nas escolhas dos nubentes¹⁹.

Entre 1690 e 1702, realizaram-se na freguesia de Santa Justa 689 casamentos, numa média de 53 casamentos/ano, sendo que o ano de mais uniões foi o de 1698, com 60 matrimónios.

O período do dia preferencial para a sua realização foi de tarde e o local escolhido foi sobretudo na igreja paroquial, mas também decorreram no Hospital Real de Todos os Santos, nos oratórios de casas nobres²⁰ e ainda, por impossibilidade dos nubentes, em casa.

¹⁸ Estes eram o primeiro domingo do Advento até depois do Natal (entre 27 de Novembro e 3 de Dezembro) e depois 4ª feira de cinzas até ao domingo de Páscoa (46 dias, que podem ter início a 4 de Fevereiro até 10 de Março e finalizar entre 22 de Março e 25 de Abril).

¹⁹ mas se estendemos os parâmetros de análise, podemos perscrutar um coincidente aumento aquando das chegadas das carreiras atlântica, que neste período teve um aumento considerável, devido à descoberta de ouro no Brasil, o mesmo com as chegadas do Oriente, sendo isto visível na actividade notarial, com o aumento dos actos envolvendo pessoas em trânsito, como o lavrar de procurações, dotes, etc.

²⁰ 2 do Duque de Cadaval e 1 no Palácio Almada. Um destes casamentos que foi celebrado em 1693, foi o da filha ilegítima de D. Pedro II e de D. Maria da Cruz Mascarenhas. D. Luísa, que fora baptizada como enjeitada, mas veio a casar com o Duque de Cadaval, D. Luís Ambrósio de Melo, a 1 de Abril de 1693.

A taxa de recasamentos situou-se nos 36%,²¹ numa relação equilibrada entre os sexos²², sendo que 6,6% dos casamentos foi entre viúvos.

Outras linhas de investigação poderão ser seguidas, como a análise do indicador sob a perspectiva do grupo profissional, onde parece ser frequente o consórcio entre indivíduos ligados ao mesmo ofício, filhas do mestre, com aprendizes, destes com criadas, em resultado da proximidade e da partilha da unidade lar/oficina/tenda, gerando casamentos estreitamente associados à casa e ofício.

2.3. Mobilidade

Os movimentos migratórios são claramente identificados neste quadro de mobilidade urbana, feito de hóspedes de estalagens, homens de ganho e trabalhadores sazonais que vivendo em numerosos grupos, se esfumam de um ano para o outro, os movimentos do pessoal doméstico e aprendizes, as deslocações para os territórios ultramarinos, a maior causa dos maridos e filhos ausentes mas cujas trajectórias se tornam de difícil alcance, pois trata-se da mobilidade de dois grupos populacionais distintos – os ocasionais, feito de homens do exterior e a deslocação de indivíduos ligados ao espaço.

Tendo em conta esta distinção, sendo que os números nos remetem para o segundo grupo, os ausentes nos róis de 1693 foram 48, com maior proveniência da Rua do Pocinho de Entre as Hortas e da Calçada de Santana e em 1702, foram 65, particularmente no Beco da Póvoa e nas Fontainhas. Em ambos os casos, eram ruas predominantemente habitacionais e que apresentavam baixos índices ou ausência de actividade laboral.

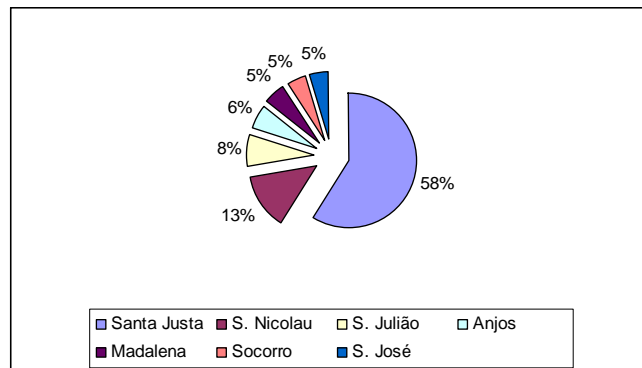
Do diversificado grupo de deslocados em mobilidade sazonal, podemos tomar como exemplo, em função da relação com o espaço e da expectativa que geravam, os pátios de comédias, assegurados por companhias de teatro castelhanas, com temporadas no famoso Pátio das Comédias da Bitesga,

²¹ 249 pessoas casaram segunda vez - 121 homens e 128 mulheres.

²² 121 homens e 128 mulheres casaram segunda vez, 18,7% (129) de mulheres viúvas contraíram segundo casamento, contra 17,7% (122) dos homens.

conforme escritura de uma obrigação, entre a Casa da Fazenda do Hospital Real de Todos os Santos e os comediantes madrilenos Carlos Leon e Gabriela Belard, que assistiam na Rua das Arcas, com os respectivos companheiros e criados. Para sua segurança, uniram-se para “assistir na Companhia que vem para esta corte representar ou na que existir neles”²³ ele como apontador e ela de quarta dama.

Gráfico VI - Moradores Nascidos em Lisboa



Registos Paroquiais de Santa Justa - casamentos e óbitos (1690-1702)

A abordagem mais comum surge ao elencarmos a naturalidade nos registos de casamento e óbito de pessoas não naturais da freguesia com origem documentada, o que resultou em 1.703 indivíduos, excluindo 722 naturais ou provavelmente naturais de Santa Justa,²⁴ sendo ainda que 351 vieram das limítrofes freguesias de São Nicolau, São Julião ou N. Sra. Dos Anjos e do seu Termo alargado.²⁵

Os casamentos transpareceram uma mobilidade matrimonial muito abrangente, com grande associação ao norte do país, sinal da atracção que Lisboa e a freguesia de Santa Justa exerciam, sobretudo para naturais de Braga, Coimbra e Santarém. Também os estrangeiros, sobretudo castelhanos e

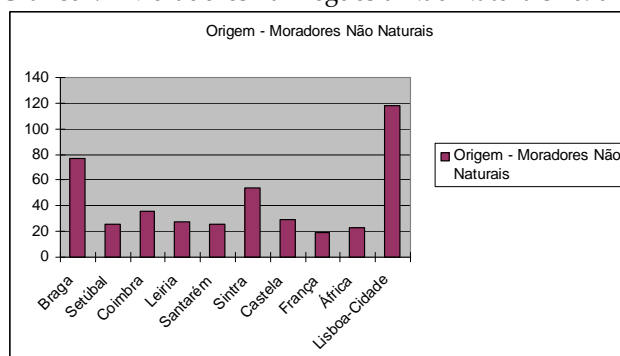
²³ IANTT, 15º cartório notarial, ms 411, p. 70v. 22 de Fevereiro de 1695, antes da elaboração do rol, uma obrigação entre a instituição, representado pelo seu tesoureiro, Luís Francisco Correia Barem.

²⁴ 396 mulheres e 326 homens.

²⁵ Naturais do Arcebispado – 33, incluindo as zonas de Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Alenquer, Torres Vedras, Sintra, Loures, Mafra, Oeiras, Cascais.

franceses, mas também africanos, escravos, não se esgotando nestes os escravos que habitavam Santa Justa, cuja maioria teria nascido na cidade.

Gráfico V - Moradores na Freguesia Não Naturais 1690-1702



Registos Paroquiais de Casamento de Santa Justa (1690-1702)

3. Uma Aproximação à População e Distribuição Espacial de Santa Justa (1693-1702)

Os róis de confessados são listas de residentes maiores de sete anos, agrupados em unidades residenciais,²⁶ relacionados por laços de parentesco, profissional ou desconhecida, em relação ao cabeça de fogo. São agrupados por ruas e da sua avaliação preliminar, podemos determinar quantitativos e características estruturais.

Quadro I – Número de habitantes Maiores de 7anos – Santa Justa

	Homens	Mulheres	Total Anual
1693	2801	2679	5480
1695	2727	2589	5316
1702	2999	2634	5633

Róis de Confessados de Santa Justa - 1693, 1695, 1702

A evolução global da população, feita a partir das listas de confessados, entre 1693 e 1702, foi marcada por um movimento de retracção em 1695, com perda de 0,9% da população, seguido de crescimento e retoma. Em 1702 situava-se nos 5.755, mais 153 habitantes maiores de 7 anos, que em 1693,

²⁶ O mesmo que fogo civil.

confirmando-se a tendência de maioria de homens para todo o período de observação.

Quadro II – Ruas de Maior densidade populacional

Rua	1693	1702
Rua das Arcas	72 fogos/307 hab.	74 fogos/266 hab.
Portas da Mouraria	72 fogos/270 hab.	59 fogos/190 hab.
Rua da Praça da Palha	57 fogos/253 hab.	70 fogos/290 hab.
Portas de Santo Antão	66 fogos/246 hab.	71 fogos/230 hab.
Rua dos Alemos	67 fogos/202 hab.	74 fogos/207 hab.
Poço de Entre as Hortas	55 fogos/191 hab.	56 fogos/201 hab.

Rol de Confessados (1693, 1702)

O parque habitacional, que aumentou 1,05%, esteve em consonância com o crescimento populacional. Em 1693 existiam na freguesia 56 ruas ou serventias, com um total de 1.551 fogos (82 fogos devolutos), em 1703 surgiram mais duas vias, com elevação do número de fogos a 1.649 (97 devolutos).

A densidade populacional de Santa Justa ilustra bem a macrocefalia da capital. Seis das suas ruas, tinham entre 191 e 307 habitantes maiores de 7 anos em 1693 e 201 e 266 moradores, em 1702. Em 1693, a rua mais populosa, com c. de 16.5% da população total, era a Rua das Arcas, com 307 moradores distribuídos por 72 fogos. Embora tenha ganho 2 fogos, em 12 anos viria a perder 41 moradores, subindo ao estatuto de rua mais populosa a vizinha Praça da Palha, que viu a sua população ascender aos 290 habitantes, mais 37 que no primeiro rol.

Em 1693 existiam 43 menores de confissão e em 1702, há um acréscimo superior a 100%, com 102 indivíduos menores perante a igreja, revelando um crescimento considerável de adolescentes na paróquia, podendo estar-lhe subjacente a mortalidade infantil mais suave nos anos precedentes, com taxas de sobrevivência mais elevadas e também o aumento do número de jovens criados e aprendizes.

3.1. A Habitação e a sua Constituição Social

Os róis de confessados são também uma fonte de informação sobre o palco onde se desenrolavam as existências - a casa. Destaquemos a constituição de alguns destes edifícios, que pela sua função, dimensão e notabilidade tiveram aqui um importante papel. O Palácio do Duque do Cadaval, na Rua do Mestre Gonçalo,²⁷ com 45 indivíduos arrolados, entre os duques e dois filhos, além de outros fogos secundários, tinha ainda associada a Enfermaria do Duque e os seus 10 ocupantes.

O palácio e tribunal da Inquisição, na mesma rua, ocupavam 6 dos 29 fogos da rua, em cujo palácio viviam 19 pessoas, incluindo 3 famílias, entre eclesiásticos e domésticos, excluindo os cárceres secretos.

Viviam no palácio em três agregados distintos, os inquisidores João Moniz da Silva, Sebastião Diniz Velho e o Porteiro da Mesa Grande, Miguel da Paz, servidos por criados, amas e escravos. Em 1702 a Inquisição passou a ocupar 9 unidades residenciais, contando com 89 pessoas, denotando maior complexidade na estrutura social, entre funcionários e famílias, pessoal auxiliar e clientela que os acompanhava, do Inquisidor Geral, aos inquisidores, criadas e amas, meirinho, cozinheiro, despenseiro dos cárceres secretos, alcaide, notário, tesoureiro, cirurgião, porteiro, padres e cónegos, entre outros.

Outra grande estrutura, o Hospital Real de Todos os Santos tinha em 1693, 42 fogos, e era habitado por 185 indivíduos. O primeiro fogo pertencia ao Conde de Redondo, família (mulher e 3 filhos) e demais parentela (11 indivíduos), na maioria mulheres. O serviço doméstico era assegurado por 14 elementos, entre criados e criadas, copeiros, cozinheiro, escravos.

Viviam ainda no Hospital o porteiro e o cozinheiro com as famílias, 19 enfermeiros, 5 enfermeiras, beatas e outras unidades não familiares, com padres e amas e agregados familiares simples com e sem domésticos, o cirurgião do banco, ou o hortelão do hospital. O pátio dos Engeitados tinha 14 mulheres,

²⁷ Actual Calçada do Carmo.

havia ainda o pátio das Merceeiras, outros fogos não conjugais, isolados ou familiares simples e finalmente o pátio dos Carreiros.

Em 1702, tinha 50 fogos e surge com uma estruturação mais detalhada, integrando outros pátios de acolhimento: os pátios de Baixo, a casa dos Engeitados, o Pátio das Merceeiras, os homens do Esquife, dos Carreiros, com um total de 191 indivíduos, na maioria mulheres e pessoal ligado ao funcionamento do hospital: boticário, médicos, enfermeiros (21) e enfermeiras (6), homens do esquife, que faziam os enterramentos (4). Neste rol não havia nenhum titulado a viver nas suas instalações, apenas o numeroso pessoal que assegurava o funcionamento da instituição.

Mas a maioria das trajectórias de vida dos moradores de Santa Justa não decorreu nestes amplos espaços, em regra foi em casas de pequena dimensão, em edifícios assobradados até 4 andares, com a escada como elemento referencial, que estabelecia a ligação e a última barreira com a privacidade. Feitas de pouca alvenaria e muita madeira, com um interior pouco apetrechado de utensílios e cómodos, com apenas uma ou duas assoalhadas para o alojamento e actividade profissional.

3.2. Tipos de Fogos e Estruturas Familiares Predominantes

Convergindo para a própria estrutura do agregado, a análise das estruturas familiares que incide no heterogéneo grupo doméstico co-residente, cujos indivíduos se encontravam unidos por laços de parentesco (sangue e afinidade), funcionais (quando o fogo era ou coincidia com uma unidade de trabalho e consumo) e espaciais (co-residência). A tipificação dos fogos que adoptamos teve como base a proposta de Peter Laslett – Tipologia de Cambridge – adaptada à realidade em estudo. O objectivo é o conhecimento e análise do modelo de agregado dominante e a sua evolução através da observação de movimentos de reprodução social na comunidade, isto é, quem estava no agregado/fogo e quem vivia com quem.

Procurou-se encontrar a estrutura familiar predominante e as suas variações entre 1693 e 1702. Uma vez determinada essa premissa, estaremos aptos a apurar as permanências e mudanças ocorridas ao nível das estruturas familiares.

Tipo 1 – Isolados

1.a – Viúvos (*indivíduos viúvos masc/fem. que vivam sós*)

1.b – Solteiros(as) ou em estado matrimonial desconhecido (*indivíduos que vivam sós e que sejam solteiros ou cujo estado matrimonial é desconhecido*)

Tipo 2 – Agregado Não Conjugal

2.a – Irmãos (*2 ou mais irmãos que vivam no mesmo fogo*)

2.b – Outros Parentes (Indivíduos ligados por laços de parentesco ou afinidade; *excluídas as hipóteses de pertencer a um agregado familiar alargado – do tipo 4 – bem como a um Agregado Familiar Simples dos tipos 3.b, 3.c, 3.d e 3.e, esta categoria integra indivíduos, que apesar de as relações de parentesco poderem ser as da Tipologia 3 e 4, o indicador de tipologia é exclusivamente centrado no indivíduo que é o cabeça de fogo: ex1: mãe que vive com o filho (sendo este cabeça de fogo); Ex2:mãe com afilhada).*

2.c – Sem Parentesco Evidente (*indivíduos que integram um fogo, em que o padre não refere existência de laços de parentesco, mas que se suspeite terem uma relação de parentesco ou afinidade: ex: apelidos similares. ou indivíduos que se suspeite existir uma ligação por laço de parentesco ou afinidade – por verificação a outra fonte: ex: um rol anterior ou seguinte).*

Tipo 3 – Agregado Familiar Simples

3.a – Sem Filhos (*casal que vive só e sem filhos*)

3.b – Com Filhos (*casal cabeça de fogo que vive com 1 ou mais filhos*)

3.c – Viúvos com Filhos (*indivíduos viúvos que são cabeça de fogo do sexo masculino que vivam com 1 ou mais filhos*)

3.d – Viúvas com Filhos (*indivíduos viúvos que são cabeça de fogo do sexo feminino que vivam com 1 ou mais filhos*)

3.e – Solteiros com Filhos (*indivíduos cabeças de fogo que vivem com filhos e nos quais não há referência ao estado civil*).

Tipo 4 – Agregado Familiar Alargado (Casal: pai e mãe ou apenas 1 deles que seja cabeça de fogo com indivíduos unidos por laços de parentesco do tipo: ascendente, descendente, lateral, etc: exemplo: pai cabeça de casal + filha + genro + neto + tia).

Tipo 5 – Estrutura Indeterminada – (nesta categoria estão incluídos indivíduos sem laços de parentesco - 2 ou mais indivíduos, para os quais não se conhece os tipos de laços que os une - bem como agregados extensos).

Tipo 6 – Fogos vazios /devolutos são classificados nesta categoria.

O universo populacional corresponde em 1693 a um total de 5480 indivíduos, sendo que 2801 são do sexo masculino e 2679 do sexo feminino, agregados em 1469²⁸ fogos. No rol de 1702, constatamos um aumento total de 153 indivíduos, com um acréscimo de 198 indivíduos do sexo masculino, relativamente a 1693, e uma diminuição de 45 mulheres, totalizando em 1702, 5633 indivíduos distribuídos por 1552²⁹ fogos.

À classificação dos fogos nos dois momentos – 1693 e 1702 – agrupados nas respectivas categorias, fizemos corresponder os valores absolutos e percentagens para cada ano.

Quadro III – Estrutura e Tipos de Fogo segundo Tipologia de Cambridge:
(1693 e 1702)

Categorias	Ano	Ano
-------------------	------------	------------

²⁸ - No ano de 1693, do total de 1551 fogos retirámos 82 fogos registados como devolutos.

²⁹ - No ano de 1702, do total de 1649 fogos retirámos 97 fogos registados como devolutos.

	1693		1702	
1. Isolados	Nº	%	Nº	%
1.a. Viúvos(as)	66	4,2	70	4,5
1.b. Solteiros/estado matrimonial desconhecido	146	9,4	142	9,1
2. Agregado Não Conjugal				
2.a. Irmãos	22	1,4	19	1,2
2.b. Outros Parentes	23	1,5	35	2,2
2.c S/ parentesco evidente	10	0,6	2	0,1
3. Agregado Familiar Simples				
3.a. Sem Filhos	240	15,5	279	17,9
3.b. Com Filhos	180	11,6	150	9,6
3.c. Viúvos c/ Filhos	21	1,3	22	1,4
3.d. Viúvas c/ Filhos	59	3,8	57	3,6
3.e. Solteiros c/ Filhos	18	1,1	20	1,2
4. Agregado Familiar Alargado	93	5,9	132	8,5
5. Estrutura Indeterminada	591	38,1	624	40,2
6. Vazios	82	5,3	97	6,2
Totais	1551	100,0	1649	100,0

Fonte: Rol de Confessados de 1693 e de 1702

Sublinhando alguns valores, resultou em 4 tipos de agregados com maior expressividade, sendo a estrutura de agregado familiar predominante em 1693 a de tipo 5 – Estrutura Indeterminada, destacando-se um total de 591 fogos, correspondendo a 38,1%. Tendência que permanece em 1702, com um total de 624 ocorrências, perfazendo um valor total relativo de 40,2%.

Os agregados extensos predominavam, não se limitando a elementos com alguma relação de parentesco declarada, coexistindo também neste tipo de agregado indivíduos unidos por relações profissionais e outros cuja relação com o cabeça de fogo, o pároco omite.

Seguem-se os fogos de tipo 3 – Agregado Familiar Simples, em que o subtipo 3.a., sem Filhos, assume particular relevância, com um total de 240 ocorrências (15,5%), em 1693. Se observarmos o ano de 1702 nesta categoria, sendo ela também a segunda mais relevante, verificamos um total de 279 fogos, (17,9%). Importa salientar nesta categoria a possibilidade de existência de “filhos invisíveis” no agregado, menores de 7 anos, deturpando a classificação do agregado.

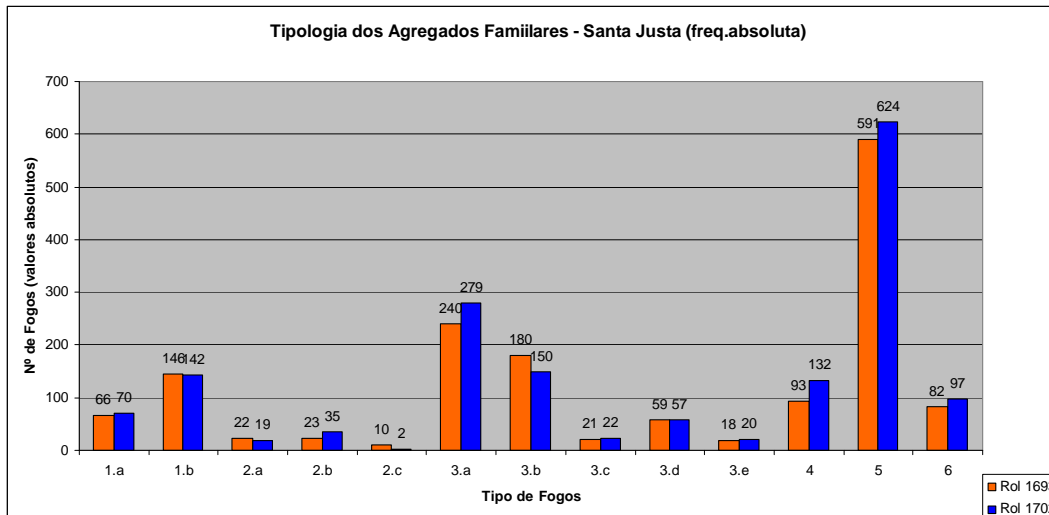
A categoria seguinte– Agregado Familiar Simples, de subtipo 3.b – Com filhos, com valores de 180 fogos (11,6%) em 1693, mas quando comparado com o de 1702, verificou-se uma redução para 150 fogos (9,6%). Com valores próximos e imediatamente a seguir está a categoria 1.b - solteiros ou em estado matrimonial desconhecido (pertencente à categoria 1 – Isolados) com valores absolutos de 146 (9,4%) no rol de 1693 e, comparando com o rol seguinte de 1702, os valores decrescem ligeiramente para 142 (9,1%) registando um ligeiro decréscimo.

As categorias menos representativas foram os fogos do tipo 2.c – Sem parentesco evidente (pertencente à categoria 2 - do agregado não conjugal), assumem os valores absolutos mais baixos, que em 1693 são apenas 10 fogos contabilizados, o que representa 0,6% sendo que 9 anos depois, quase não assume significado, pois reduz drasticamente para 2 fogos, ao que corresponde apenas 0,1% do total. De notar que nesta categoria encontram-se indivíduos, sem relação com o cabeça de fogo, parecendo camuflar laços de proximidade (omitidos pelo pároco e/ou pelos residentes), como uniões ilegítimas, cuja constituição legítima acaba por ser expressa no rol de 1702.

De seguida, o Tipo 3 – Agregado Familiar Simples que regista uma ligeira subida entre 1693 e 1702. A categoria 3.e – solteiros com filhos, em 1693 com 18 fogos (1,1%) e em 1702, 20 fogos (1,2%). A categoria 3.c – viúvos com filhos, 21 (1,3%) em 1693 e apenas mais um fogo, em 1702 (1,4%).

Com base nestes valores o Gráfico VI ilustra as tipologias para os dois anos, e a respectiva variação.

Gráfico VI – Tipologia dos Agregados Familiares – Paróquia Santa Justa (1693/1702)



Fonte: Rol de Confessados de 1693 e de 1702

As tipologias que assumem maior variação ascendente entre o rol de 1693 e 1702 são as do tipo 3.a – Agregado Familiar simples s/ filhos; do tipo 4 – Agregado Familiar Alargado e do tipo 5 – Estrutura Indeterminada.

3.3. Dinâmicas Residenciais e Modelos de Transmissão - Estudo de Casos

Para além da fixação de dados quantitativos e da caracterização dos agregados domésticos, a exploração directa dos róis de confessados quando analisados na vertente qualitativa, em combinação com o estudo das *Visitações e Devassas do Arcebispado de Lisboa*, remete-nos a matéria tão diversificada como as práticas do quotidiano, à organização dos espaços, público e privado, facilitando a identificação de famílias e indivíduos, conferindo aos nomes, acções e sentimentos, através dos quais acedemos ao ambiente doméstico e laboral, aos seus objectos, linguagem e até emoções, perspectivando-nos um universo cimentado nas relações de proximidade, da rua, da vizinhança, da oficina, com passagem à esfera do íntimo, do indivíduo e da família.

Partindo destes pressupostos e uma vez determinadas as estruturas familiares e co-residentes predominantes, procuramos caracterizar algumas dinâmicas familiar e entre indivíduos não aparentados, a partir de exemplos que visam igualmente a definição de modelos de transmissão de chefias de fogo ou transição funcional, sabendo que na multiplicidade de situações, a mais

comum, quando em presença de uma família, em associação ou não a uma unidade laboral, foi encontrar na chefia do fogo, o pai, a mãe por óbito ou na ausência do primeiro, o filho mais velho, por vezes o genro.

A Rua das Arcas³⁰ foi, ao longo do período de observação, habitada por 542 pessoas maiores de sete anos,³¹ mas com permanência de apenas 15 famílias.

Uma família bem consolidada, cuja presença podemos fazer remontar a 1683,³² vivia em 1693 no fogo 66 e era encabeçada pelo mestre albardeiro Domingos Antunes, com a mulher Catarina Jorge e os filhos Manuel Antunes, Maria Josefa e Catarina, ainda menor. Eram 8 os elementos, entre a família e 3 aprendizes da oficina. Entre 1690 e 1693, faleceram dois filhos menores de 7 anos. Em 1695, sem alterações, apenas os aprendizes foram substituídos em igual número. Em 1702, alterações consideráveis modificaram a estrutura social do fogo: ausência do filho, a filha mais velha permaneceu solteira, a mais nova casou, passando a viver com o marido na casa familiar, aparece ainda um criado e dois indivíduos não identificados, provavelmente associados à oficina de albardeiro.

Deste agregado podemos reter alguns indícios fundamentais e caracterizadores. Desde logo o tipo de fogo e a diversidade ao longo da observação. A constatação da família enquanto unidade orgânica, cujos ritmos de crescimento nem sempre foram captados, como a existência de menores, que só conhecemos do cruzamento com os registos de óbito. A saída de um filho da casa paterna, cujas motivações podem ir do casamento e ou fundação de outra unidade laboral, a saída para outras paragens. Em simultâneo, a fundação de uma nova família, resultante do casamento da filha, cujo percurso prosseguiu

³⁰ cujo rol de confessados foi integralmente inserido na base de dados.

³¹ Em 1693, 245, em 1695, eram 234 e em 1702, 262, acompanhando as tendências demográficas já observadas.

³² Visitação de 1683. O titular tinha nesta data 36 anos. Em 1693 eram moradores à entrada da Rua do lado do Rossio e tinham o nº 18.

na casa paterna. Na estrutura laboral fica expressa, em contradição aos princípios regimentais dos ofícios, a permanência de 3 aprendizes.

A trajectória do grupo, liderada pelo cabeça de casal, quando observada na perspectiva afectiva e relacional, quando exteriorizada, compulsa elementos geradores de tensão. Em 1683, o albardeiro Domingos Antunes, compelido pelos autos da Visitação, não só denuncia uma vizinha, Mariana de Sotomaior de Luna, como incluiu outros vizinhos, entre infractores, cúmplices e conhecedores da falta, que quando remetidos ao espaço vivencial, permitiu quase recriar uma rede de relacionamentos, que transparece proximidade e divergências na vizinhança³³.

As denúncias fixam ainda outros aspectos sociais determinantes na comunidade, como a frequência de relacionamentos ilícitos, do envolvimento de clérigos, duplamente constrangidos, pela regularidade com que a manutenção de agregados de Santa Justa resultam destas relações. A denúncia pelo mesmo de uma outra vizinha, viúva, é bem ilustrativo dessa situação. Maria de Távora é acusada de andar amancebada com um clérigo, capelão do inquisidor Pedro de Ataíde, e que em virtude de umas razões que ela teve com outro vizinho, Tomé da Fonseca (fogo 52), o “clérigo esperou-o no Rossio com uma faca na mão pedindo-lhe satisfação”.³⁴ Esta documentação contém também outro tipo de informação, como as manifestações quotidianas dos indivíduos, do vestuário à configuração de interiores e da proximidade vivencial, senão vejamos nas declarações de outro vizinho e mestre caixeiro, Tomé da Fonseca quando no auto afirmou que “[...] via-o [ao padre] a entrar com um casacão de burel e espada e carapuça e viu-o algumas vezes de calça e gibão deitado na sua cama.”³⁵

³³ AHPL, Ms 14, p. 87, Livro de Termos. Acusa Mariana de Sotomaior de Luna, de estar amancebada com Eugénio Monteiro e outro vizinho, o caixeiro Pedro Lopes (fogo 72), de ser “consentidor” dos infractores, foi preso no Aljube, “por dar entrada por sua casa a Eugénio Monteiro, para casa de uma mulher e a outras pessoas.

³⁴ AHPL, Ms 14, p. 87 v Maria de Távora foi ainda denunciada pelo carpinteiro Domingos Gomes (fogo 15), então com 48 anos, que via entrar o clérigo, de noite e de dia, fora de horas “embrulhado num capote de burel com uma espada”. Confirmava ainda que Mariana de Sotomaior, “recebe homens” em sua casa pela loja do caixeiro Pedro Lopes.

³⁵ AHPL, Ms 14, p. 87v.

O tipo de agregado familiar alargado define o fogo (nº 48) do mestre caixeiro Domingos Diniz que integrava a mulher, o filho José Diniz, também caixeiro e a mulher deste, um obreiro e dois criados. Em 1695 o mestre caixeiro desaparece do rol, não havendo notícia do seu óbito, ascendendo o filho a cabeça de fogo, com permanência da mãe, da mesma criada, outro obreiro e um aprendiz. Em 1698 morre a mulher e no ano seguinte, uma filha menor de 7 anos. No rol de 1702, fazem parte do fogo, além do titular, viúvo, a sua mãe, a mesma criada, um oficial e dois aprendizes. Há transição da titularidade do fogo e simultaneamente da oficina para o filho. Este agregado, que registou profundas alterações ao nível da estrutura familiar, conservou no entanto, a estrutura laboral na manufatura de caixas e arcas, de cuja arte era mestre, passando a integrar além do oficial, dois aprendizes.

Os exemplos sucedem-se podendo também identificar a forma de transmissão do fogo para a viúva, mas a transição na liderança dos negócios para um filho, previamente preparado. Isso está bem patente na trajectória de um homem de negócio muito envolvido no grande comércio nacional e ultramarino,³⁶ sobretudo com o Brasil, João Mendes Maciel, morador junto à Igreja de Santa Justa e que faleceu a 2 de Fevereiro de 1696, ficando o filho, Santos Mendes Maciel, administrador da casa de seu pai.³⁷

Mas outras foram as formas de transmissão, que neste cenário importa relatar pela diversidade que representa. António de Matos que em 1693, vivia na Rua das Portas de Santo Antão (fogo 21), sem profissão, solteiro, com mais de 50 anos, proprietário de casas no Rossio e nos Mártires e que doou todos os bens ao cirurgião/mestre sangrador João Antunes que com ele vivia, a pretexto do apoio na sua doença, que de dia e de noite o co-residente João Antunes lhe fazia desde há anos. Passou-lhe na mesma ocasião uma procuração, dando-lhe poderes para cobrar todas as dívidas de dinheiro, bens móveis, rendimentos,

³⁶ AHPL, Ms 407, fl 57 v.

³⁷ AHPL, Ms 414, fl 90 v.

juros, foros.³⁸ O cirurgião aparece no rol de 1695 a encabeçar o fogo e António de Matos como seu dependente, vindo a falecer no ano seguinte.³⁹

Era, de facto, uma realidade social muito diversa e complexa, em que a casa compartilhada e a estrutura indeterminada surgiam como as mais frequentes, o que se verifica também no consórcio de várias mulheres, independentemente do estado, ou os homens de ganho, que se uniam como forma de assegurar uma habitação.

Pode definir-se a freguesia de Santa Justa como uma área de grande implantação de agregados de estrutura indeterminada, com relações familiares extensíveis e que da conjugação com a intensa actividade manufactureira, da presença de grandes casas senhoriais e de mercadores e pessoal de apoio dos grandes equipamentos, integrava amiúde num mesmo espaço, elementos exteriores à família, constituído não só pelo pessoal doméstico e laboral, mas também indivíduos cuja relação ficou no anonimato.

Das conclusões que ainda podemos assinalar, reafirmamos que a transmissão do fogo se coadunou com a transição do pai para a mãe ou o filho mais velho; que as unidades familiares frequentemente coincidiam com as unidades laborais, partilhando o espaço a família nuclear e outros elementos; que era comum, usufruindo da localização e de gente em trânsito “dar cama e mesa” a estranhos à família, como forma ou complemento de sustento; que os filhos colaboravam no trabalho e no negócio familiar, dando-lhe continuidade. Boa parte dos seus habitantes dedicavam-se ao comércio retalhista e grossista ou ambos, com estabelecimentos abertos ao público, um grupo mais restrito, praticava o lucrativo comércio intercontinental e congregava e desenvolvia outras áreas de influência e actuação.

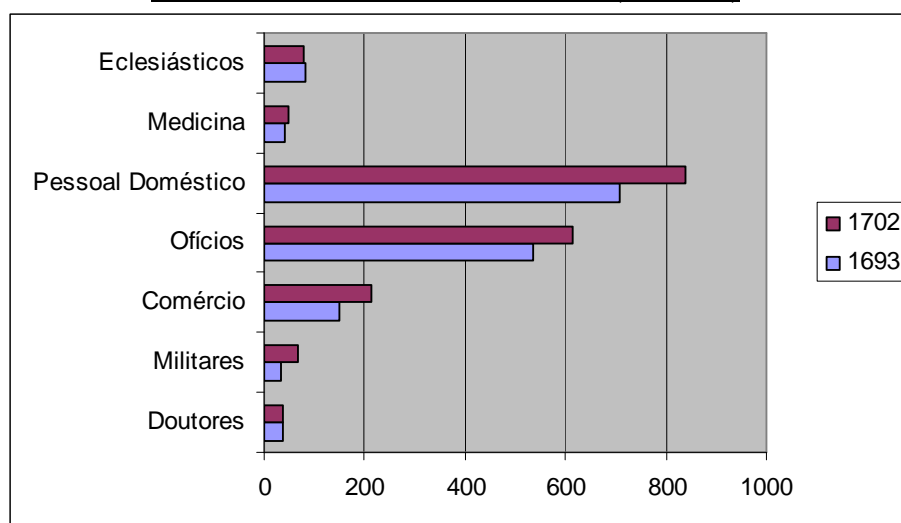
3.4 Organização Sócio - Profissional

³⁸ Doação remuneratória *entre vivos valedora* ou em direito *manisfirme*.

³⁹ RP, Livro de Óbitos de Santa Justa. a 5 de Fevereiro de 1696.

A freguesia de Santa Justa⁴⁰ era uma das que detinha maior número de unidades comerciais e artesanais, que davam resposta ao consumo de uma cidade em crescimento, podendo identificar na sua população centenas de indivíduos que se especializaram numa abrangente gama de serviços, desde a prestação de serviços domésticos, saúde, ofícios artesanais, têxtil e outras manufacturas, oficialato, casas especializadas em dar cama e mesa, casas comerciais de grande trato, ao comércio de bens alimentares, dispersos em cerca de 7 áreas de actividades laboral e económicas predominantes e c. de 90⁴¹ profissões, maioritariamente masculinas.

Gráfico VII- Áreas de Actividade Laboral (1693-1702)



FONTE: Róis de Confessados, 1693-1702

Os ofícios estavam devidamente hierarquizados, apresentando as tendas e oficinas de mestres de Santa Justa, a integral ou parcial estrutura de aprendizes, obreiros⁴² e oficiais, na dependência de um mestre, o cabeça de fogo, os únicos que se podiam estabelecer e ter tenda por conta própria. Em números globais, eram em 1693, 529 e em 1702, 597 os indivíduos ligados aos ofícios distribuídos pelas categorias de mestres, obreiros, oficiais e aprendizes.

⁴⁰ Juntamente com as freguesias da Madalena, S. Julião e S. Nicolau.

⁴¹ 94 em 1693 e 89 em 1702.

⁴² os que trabalham por conta de outrém, mas sem estar examinado.

Consolida-se a feição de espaço profissionalmente pujante, com predomínio de estruturas habitacionais indeterminadas e extensas, onde as estruturas familiares se mesclavam com as unidades artesanais e tendas de venda, acolhendo no domicílio familiar os oficiais, obreiros e aprendizes do mestre.

O grupo dos aprendizes era o segundo grupo profissional mais representativo, constituindo com o pessoal doméstico – criados e escravos - parte considerável da população residente e que mantinha uma relação económico – profissional com o agregado familiar de base que serviam. Era composto sobretudo por jovens deslocados, cujo percurso era muito semelhante ao dos criados e criadas, que muito jovens se acolhiam nas casas onde serviam.

Quadro IV – Evolução de Algumas Profissões (1693-1702)

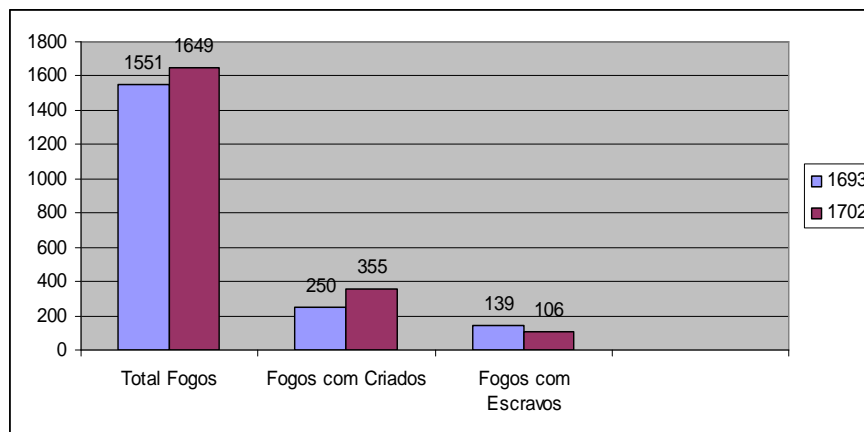
Profissões	1693	1702
Albardeiro	5	13
Alfaiate	29	30
Atafoneiro	12	9
Aprendiz	171	217
Caixeiro	42	31
Carpinteiro	3	7
Colareja	20	23
Cordoeiro	13	24
Correio	8	8
Criada	199	362
Criado	190	256
Contratadores	11	5
Doutor	24	31
Escrava	136	88
Escravo	120	75
Esparteiro	5	9
Homem de ganhar	60	120
Marceneiro	13	14
Obreiro/oficial	81	108
Sapateiro	48	39
Soldado	21	58
Taverneiro	30	36
Tendeiro	-	22

Da observação do quadro IV, verificamos que houve evolução global no exercício de várias actividades económicas entre 1693 e 1702, com um crescimento acentuado de aprendizes e de criadas e criados. Outro grupo que registou crescimento foi o dos homens de ganhar, os obreiros e oficiais. No grupo dos mestres, os ofícios que se destacaram foram os cordoeiros e em menor importância os albardeiros, carpinteiros e esparteiros. Também houve um aumento de soldados e mais modestamente, de taverneiros. No sentido inverso, teve significado o

decréscimo de caixeiros e os contratadores.

Podemos detectar nos números relacionados com o incremento do pessoal doméstico e com os homens que sazonalmente se deslocavam em busca de trabalho, alguma melhoria da capacidade económica dos empregadores, embora não deva servir só por si como indicador de elevação de estatuto social.

Gráfico VIII – Total de Fogos/Total de Fogos com Criados e Escravos (1693-1702)



	Fogos com Criados (as)	Fogos com Escravos (as)	Total de Fogos com Serviçais
1693	250	139	389
1702	355	106	461

Fonte: Rol de Confessados (1693,1702)

De facto, em 1693, 25% das casas dispunha de pessoal doméstico. 16,1% dos fogos tinha criados, subindo este valor para 22,8% em 1702. Os fogos com escravos em 1693 tinham uma representatividade de 8,4%, decrescendo em 1702 para os 6,2%, o que pode ser interpretado como reflexo do tráfico negreiro - Cabo Verde e Angola – que apresentam um volume quase insignificante para Lisboa, com os portos de embarque de Cabo Verde e Costa da Guiné a veicularem o tráfico para a América espanhola e os de Angola para o Brasil.

Mas o segmento da criadagem e serviço doméstico, dispersava-se por todo o tipo de agregados, familiares, solteiros, unidades oficiais e negócios, tendas, estalagens, tavernas, pequeno comércio no geral tinham de uma a duas criadas para todo o serviço.

Desdobravam-se numa multiplicidade de funções, muito sujeitos a vínculos precários e de rápida substituição, o que transparece na escassa permanência ao serviço de um senhor de um ano para outros. Eram em grande

número nas casas de mercadores ricos e de nobres, decrescendo o número com a condição social do empregador. Nas primeiras integrariam um grupo devidamente organizado e estruturado. O fogo do duque do Cadaval⁴³, tinha uma estrutura hierarquizada, dispondo de um contingente de criados e escravos que se dividiam por 4 fogos: general da despensa, 12 criadas, 6 moços de câmara, 20 criados, 2 escravas e 3 escravos, todos ao serviço dos duques, dos 3 filhos e dois casais. Também os Senhores de Pombalinho, tinham ao seu serviço, e de dois filhos, 6 escravos, 1 moço de copa, 1 liteireiro e 2 moços de mulas.

Os homens de ganhar, que aparecem e desaparecem de um ano para o outro, eram 58 em 1693, a “pousar” sobretudo nos Arcos do Rossio, contíguos ao Hospital Real, onde se concentrava um grupo de 26, e ainda no Beco de D. Carlos e Rua dos Albardeiros. Em 1702 eram já 120, concentrando-se em grandes grupos, nos mesmos locais e ainda nas ruas da Praça da Palha e Rua de S. Pedro Mártir. Este acréscimo poderá também estar relacionado com mais oferta num cenário economicamente mais atractivo, usufruindo já dos proventos da descoberta do ouro no Brasil.

A abordagem ao cenário profissional da freguesia ganha também alguma legibilidade se, a título de exemplo, seguirmos os índices de implantação por ruas. A Rua das Arcas era uma rua eminentemente de artesãos. Em 1693, era habitada por 316 indivíduos, que viviam em 72 fogos. Aqui encontramos referenciada a ocupação profissional de 126 indivíduos, com predomínio de mestres caixeiros (29), obreiros (12), criados (22), escravos (15) e aprendizes (30), este último grupo estava muito associado aos caixeiros, mas também a outros artífices de manufactura têxtil: luveiros (2), torcedor de seda, tintoreiro e alfaiate (2), um albardeiro e um sapateiro.

Em 1702, a população decresce para os 266 indivíduos, em 74 fogos. Estavam associados a um ofício 128 indivíduos, aprendizes (38), caixeiros (25),

⁴³ Nos róis de confessados de 1695 e 1702.

desaparecem os obreiros e surgem os oficiais (14), criados (29) e apenas 2 escravos. Além da manufactura de arcas, também os albardeiros (3), cordoeiros (3), 1 luveiro, 1 latoeiro, 1 sapateiro e 1 torcedor de seda. Aparentemente não houve grande alteração neste cenário, com a manutenção de oficinas ligadas ao têxtil, mas algum decréscimo na fabricação de arcas e caixas e ainda o acentuado aumento do pessoal doméstico assalariado.

Na Praça da Palha, outra via de destaque pela sua dimensão, predominavam as oficinas de artesãos ligados ao transporte e animais de carga, cordoeiros, seleiros, albardeiros, a que estavam associados obreiros, aprendizes, criados e escravos. Em 1702, há crescimento do pessoal auxiliar, aprendizes e diminui o número de oficiais. Também as unidades manufactureiras registaram alterações, mantendo-se o predomínio de oficinas de artesãos ligados ao quotidiano: cordoeiros, latoeiros e ao transporte e arreo de bestas, no entanto desapareceram os seleiros e surgiram os homens de ganhar, representativos nas formas de alojamento que partilhavam, dividindo-se em 3 fogos.

A Rua das Portas da Mouraria, com 270 pessoas maiores de 7 anos em 72 fogos, já regista maior número de pessoas de “qualidade”, elevando o perfil social da rua, para o que contribuiu a presença do Conde de Tarouca, um capitão, doutores (2) e serviçais (23). No entanto, é um bom exemplo da mescla social de Santa Justa, convivendo com oficinas e elevado número de aprendizes (11), obreiros (4), aqui com uma maior especialização de manufactura de vestuário, com sapateiros (6), alfaiate, e ligado ao corpo e necessidades quotidianas, os barbeiros (2) e cirurgiões (3).

Em 1702, existiam 190 indivíduos em 59 fogos, havendo alguma manutenção do perfil social elevado da rua, com 7 senhoras com o distintivo de donas. Mas mantém o mesmo número de criados e escravos, mantendo-se o Doutor em leis e procurador do Cível em 1697, João Pereira do Vale, que vivia com o seu sobrinho e outro individuo e de cujo fogo constava um pagem, ama e

dois criados. Houve ainda maior diversificação nas manufacturas, passando a existir duas tendeiras.

Também a rua de N. Senhora da Escada apresentava concentração de indivíduos de mais elevada condição social, o que transparece dos títulos, na composição dos agregados e elevado número de domésticos ao seu serviço. D. Francisco de Almada, 7º Senhor de Pombalinho, encabeçava um fogo de 31 elementos, em que mais de 50% eram domésticos.⁴⁴ Este nobre do reino, contrariando alguns princípios dos seus pares de não envolvimento directo no comércio ultramarino, consagrou também a sua actividade⁴⁵ aos negócios de além-mar, particularmente, no rendoso negócio do álcool para África, segundo procuração que passou em 1693⁴⁶, para cobrar e recuperar o valor de uma carregação de 190 pipas de vinho,⁴⁷ que estando na posse do capitão Manuel Correia, falecido *abintestado*, estava sob alçada do juiz dos defuntos e ausentes de Luanda, que a mandara manter em depósito.

Em 1702, mantinha-se o perfil social elevado e contrariamente às restantes ruas aqui observadas, com maior número de escravos.

4. Conclusão

Muito marcada pela mobilidade populacional e pela diversificada e complexa vida urbana, a posição comercial estratégica da freguesia de Santa Justa era inquestionável. Ficou demonstrado da observação dos dados sistematizados, que ao longo de todo o período de observação, o cenário profissional foi dominado por serviçais e artífices. O seu incremento foi notório na entrada do século XVIII, revelador de uma maior capacidade económica por parte dos empregadores, ou de uma maior movimentação destes grupos de

⁴⁴ Escravos, escudeiro, criados, cozinheiro e pagens.

⁴⁵ IANTT, 15º Cartório, Ms 403, fls. 63.

⁴⁶ Nos seus aposentos do Rossio em Janeiro de 1693. Procuração aos Tenente General Rodrigo da Costa, Tenente José Correia de Castro e ao sargento mor Estêvão Pereira Bacelar, que sendo moradores em Luanda, Angola, lhes concedia poderes *in solidum*.

⁴⁷ duas pipas de tinto, 5 pipas e uma alquartela de aguardente carregadas na Ilha da Madeira em 1690 no navio de S. Nicolau e S. Pedro, cujo mestre, Salvador de Matos Pinto a entregou ao capitão Manuel Correia.

migrantes que demandavam a cidade, sobretudo os criados e aprendizes, almejando também as oportunidades de além-mar?

Outra característica interessante, ainda que pontualmente aferida, transversal a todo o período de observação e salvo raras exceções, sem vinculação aparente à ancestral organização dos ofícios, foi a evidente especialização profissional por ruas que, só nomeando algumas, congregou maior número de correeiros no Valverde, mais próximos da entrada na cidade pelo Termo, mais colarejas, vendedoras de legumes e frutas, na Rua dos Carreiros, já na franja do espaço urbano; licenciados nos Arcos do Rossio, também “pouso” dos homens de ganhar, local por excelência de passagem e de oportunidades. Os caixeiros na velha rua das Arcas. Tavernas e estalagens ora às portas da cidade como Santo Antão e Poço do Borratém, ora no coração da freguesia, como na Betesga e Pátio das Comédias, onde existia o famoso teatro. Foi também espaço muito propício à transgressão, em casas de alcoice (prostituição) e tavolagem (casas de jogo), um pouco por toda a freguesia.

Intenso fervilhar humano também gerado pelas vizinhas e basilares artérias comerciais da Lisboa de Setecentos: Rua das Arcas, Rua Nova dos Mercadores, a feira do Rossio, a Ribeira Nova e a Ribeira Velha, a Misericórdia e Praça do Pelourinho, a grande porta de entrada na cidade que era o rio e junto ao centro político do reino, o Paço da Ribeira.

A implementação comercial e institucional, a diversidade de atractivos e lazer, imprimiram-lhe um forte vínculo de local de passagem, com uma população flutuante de impossível contabilização, tornando Santa Justa um espaço de forasteiros, com a presença contínua de homens de negócio, centenas de homens de ganho e de trabalho, rendeiros, agricultores, comerciantes, viajantes, marinheiros, portugueses e estrangeiros em trânsito para a Europa, Brasil, África e Oriente.

Incontornável a presença de instituições de grande peso na dinâmica social e religiosa - o Mosteiro de S. Domingos, a Inquisição, o Hospital Real de Todos os Santos, grandes polarizadores de população.

Freguesia popular, mas também aristocrática, foi residência de importantes casas da primeira nobreza ocupando palácios e jardins - dos duques de Cadaval, Senhores de Pombalinho, futuros condes de Almada, conde de Tarouca, conde de Redondo, conde de Vilar Maior – e ainda os poderosos homens de negócio, portugueses e estrangeiros e influentes membros da administração régia e local. Por tudo isso a freguesia de Santa Justa está no centro da cidade moderna, com um amplo e simbólico espaço como o Rossio, plenamente consolidado, que ao longo dos séculos foi palco dos mais variados eventos que agitaram as populações e marcaram a História de Lisboa – aclamações régias, procissões, autos-de-fé, touradas, execuções públicas.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa - Róis de Confessados de Santa Justa 1693, 1695, 1702.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa – Visitações e Devassas de Santa Justa, 1683, 1702 e 1707.

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo – Registos Paroquiais de Santa Justa, casamentos e óbitos, 1693 a 1702.

Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo – 15º Cartório Notarial de Lisboa.

Bibliografia

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto – Francisca Catarina (1846-1940) Vida e Raízes em S. João do Pico, NEPS, 1999.

BARATA, Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo - *As crises de mortalidade em Lisboa no século XVIII* [Texto policopiado], 1988.

BRAUDEL, Fernand - *Historia e Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1976.

- FREIRE, João Paulo (Mário) – *Lisboa do Meu Tempo e do Passado, do Rossio à Rotunda*, tipografia da parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1931.
- MARQUES, A. H. de – *História de Portugal*, vol. 1, Edições Agora, Lisboa, 1972.
- PEREIRA, Luís Gonzaga – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927.
- RIBEIRO, Ana Rita de Almeida Marado Coelho - *A importância dos róis de confessados na demografia histórica: os róis de confessados da freguesia de Nossa senhora da Encarnação da Ameixoeira entre 1750 e 1760*. Lisboa, 1989.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira – *Para o Estudo dos Róis de Confessados*, *in* *Nova História*, Lisboa, nº 3-4, Dezembro de 1985.
- RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa : séculos XVI e XVII* , Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- SILVA, A. Vieira da – *As Freguesias de Lisboa (Estudo Histórico)*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi – *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, NEPS, 1999.
- SOUSA, Cordeiro de – *Santa Justa, Registos Paroquiais Quinhentistas de Lisboa*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1949.
- VARGAS, José Manuel – “As Freguesias de Lisboa e do seu Termo na Idade Média” *in* *Olisipo*, II Série, nº 17, Julho/Dezembro de 2002.